ADAPTAÇÕES E IMPROVISações: A PEDAGOGIA JESUÍTICA NOS PRIMEIROS TEMPOS DO BRASIL COLONIAL

ADAPTATIONS AND IMPROVISATIONS: JESUIT PEDAGOGY IN THE EARLY DAYS OF BRAZIL

Marisa Bittar¹
Amarílio Ferreira Júnior²

Resumo: Este estudo apresenta a prática pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil colonial focalizando a relação entre o ensino de humanidades e a instrução de ofícios manuais. O artigo é composto por três partes. Inicialmente, apresentamos as casas de ler e escrever, instituídas em 1549, quando chegou Vicente Rodrigues, o “primeiro Mestre Escola do Brasil”. Em seguida tratamos do teatro como recurso para a catequese e como elemento de transmissão da língua portuguesa sobre os demais idiomas que coexistiam na diversidade de etnias e culturas da época. Na terceira parte, abordamos o ensino de ofícios necessários ao funcionamento da missão jesuítica. Ao focalizarmos as casas de ler e escrever, o ensino de ofícios, a música e o teatro, nosso objetivo é mostrar que a prática pedagógica dos jesuítas no Brasil durante os séculos XVI e XVII foi fruto de uma dialética entre imposição (padrão ocidental), adaptação ao meio e improvisação.

Palavras-chave: História da Educação; Jesuítas; Pedagogia brasileira.

Abstract: This study presents the pedagogical practice of the Society of Jesus in colonial Brazil focusing on the relation between education and humanities instruction manual trades. The article consists of three parts. Initially, we focused the “homes of reading and writing”, instituted in 1549, when it came the first wave among them Vicente Rodrigues, the “first Master School in Brazil”. Then we treat the theatre as a resource for catechesis and transmission of the Portuguese language over other languages that coexisted at that time. In the third part, we focus on teaching the crafts necessary for the functioning of the Jesuit mission. By focusing the “homes of reading and writing”, teaching crafts, music and theatre, our goal is to show that the pedagogical practice of the Jesuits in Brazil in the sixteenth and seventeenth centuries was the result of dialectic between imposition and improvisation.

Keywords: History of Education; Jesuits; Brazilian Pedagogy

¹ Professora Titular de História, Filosofia e Políticas da Educação (UFSCar), Pesquisadora bolsista do CNPq. bittar@ufscar.br

² Professor Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador bolsista do CNPq. ferreira@ufscar.br

INTRODUÇÃO

Nossa intenção com este trabalho foi prosseguir estudos que temos realizado sobre a pedagogia dos jesuítas nos primeiros tempos da colonização portuguesa no Brasil focalizando os seus traços originais. Essencialmente a capacidade de adaptação ao meio no qual os padres inicianos tiveram de atuar é o traço central dessa pedagogia que, embora sujeita aos dogmas da Companhia de Jesus, assumiu características próprias.

Para tal entendimento, vinculamos as primeiras práticas de educação no Brasil dos séculos XVI e XVII aos traços gerais da colonização portuguesa da qual fez parte intrínseca a Companhia de Jesus, pois colonização e catequese foram dois processos históricos interligados e foi dessa conjugação que as primeiras práticas escolares nasceram no Brasil. Tanto é assim que na primeira leva de jesuítas que chegaram à Bahia, em 1549, estava Vicente Rodrigues, que se tornaria o “primeiro Mestre Escola do Brasil”. Sua escola, isto é, casa de ler e escrever, foi a semente da história da educação escolar no Brasil e as crianças indígenas e mamelucas, os primeiros alunos dessa história.

Nessa primeira fase da colonização, quando predominava a etnia indígena, vigoraram as práticas de catequese em geral, e não a institucionalização de uma escola primária como já começava a ocorrer no século XVI em outras partes do mundo. Ao focalizarmos as casas de ler e escrever, o ensino de ofícios, a música e o teatro, nosso objetivo é mostrar que a prática pedagógica dos jesuítas no Brasil durante os séculos XVI e XVII foi fruto de uma dialética entre imposição e improvisação, tal como analisou Alfredo Bosi. A primeira representava o padrão externo que Portugal desejava implantar nas terras brasileiras; a segunda, as práticas criativas que a força do meio gerou. Desse modo, não se tratou de uma pedagogia nascida do nada, mas da adaptação de métodos e princípios da Companhia às condições do meio em que se encontravam. A essa pedagogia distinta de sua matriz (ocidental) e mesclada aos aspectos culturais indígenas, denominamos pedagogia brasileira. Em pesquisas antecedentes a esta tratamos dessa fase em que predominaram práticas geradas pelo contexto específico da colonização no qual, em matéria de catequese e educação, não vigoravam ainda as regras do “Ratio Studiorum”. Embora o seu primeiro esboço date de 1551, ele só foi aprovado

em 1599. Esse largo espaço de tempo decorrido das primeiras formulações até a aprovação final das normas que regulamentaram o sistema jesuítico em todo o mundo, propiciou práticas que não estavam de acordo com elas. A caracterização e originalidade dessa pedagogia, portanto, constituem-se em cerne e problema deste artigo.

Inspirados em Alfredo Bosi, destacamos os traços gerais da sociedade colonial para podermos captar o movimento das ideias, não em si mesmas, mas na sua conexão com os horizontes de vida de seus emissores, pois a luta era “material e cultural ao mesmo tempo” (BOSI, 1992, p. 33). Segundo ele, as características distintivas da formação socioeconômica do Brasil colonial foram: 1) predomínio de uma camada de latifundiários com interesses vinculados a grupos mercantis europeus; 2) trabalho escravo; 3) estrutura de poder político dominada por interesses da Coroa Portuguesa; 4) empenho dos jesuítas no estabelecimento de uma Igreja supranacional que privilegiava, a princípio (século XVI), o projeto das missões junto aos índios, ou seja, quando predominava a ideia da função cristianizadora da expansão portuguesa; depois a catequese cedeu lugar à educação humanística; 5) cultura letrada, reservada a poucos, que servia “como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular” (BOSI, 1992, p. 25).

Em seus estudos antropológicos, Darcy Ribeiro caracterizou o Brasil do século XVI como uma sociedade “indianizada”, isto é, uma maioria composta por índios e uma minoria de europeus. Ele estimou para 1600 cerca de 50.000 brancos, 30.000 escravos; 120.000 índios “integrados” e quatro milhões de índios isolados. Celso Furtado, por sua vez, afirmou que “durante todo o período colonial os portugueses foram no Brasil uma minoria em face da presença indígena e também da presença da população de origem africana, que logo começou a afluir como força de trabalho” (FURTADO, 1984, p. 16).

Nessa sociedade, o idioma tupi foi mais praticado que o português, e em toda a costa brasileira predominou o *nheengatu*, ou língua geral, isto é, “o esforço de falar o tupi com boca de português” (RIBEIRO, 1995, p. 122). Até o século XVIII, o tupi rivalizava com o idioma do conquistador na proporção de três por um; era o mais usado nas relações comuns e, conforme registrado nas cartas jesuíticas, falava-se o tupi nas relações privadas e o português nas relações oficiais e mercantis. Conforme testemunhou

Antonio Vieira (1608-1697), a língua falada nas famílias paulistas, formadas por índios e portugueses, era a dos indígenas, enquanto a portuguesa era aprendida pelos meninos na escola. Em São Paulo, até a metade do século XVII, a língua tupi continuava sendo a da amizade e intimidade doméstica. Quanto ao latim, a língua culta por excelência no período colonial, era empregado nos estudos de lógica, retórica, aritmética etc., imperando também “nos templos, espaço público vital no cotidiano, ambiente de sociabilidades religiosas e mundanas” (VILLALTA, 1997, p. 345-346).

Foi esse o ambiente cultural no qual as primeiras formas institucionais de educação no Brasil foram praticadas, fato que estava em conexão com dois importantes fatores da modernidade: 1) a atuação mundial da Companhia de Jesus na criação de colégios; 2) o nascimento do sentimento de infância e a necessidade de serem separadas e protegidas as crianças do mundo dos adultos.

NA ESCOLA, FAZEM A LIÇÃO, REZAM DE MANHÃ AS LADAINHAS, CANTAM À TARDE A SALVE RAINHA E SÃO MANDADOS PARA SUAS CASAS

Colonização e catequese foram dois processos que nasceram juntos no Brasil colonial. Essa última foi ao mesmo tempo tarefa de catequização e de educação, portanto o amálgama entre conversão ao cristianismo e ensinamento das primeiras letras durante os séculos XVI e XVII foi o cimento sobre o qual começou a ser edificada a escola no Brasil. Naqueles primeiros séculos, ela era chamada simplesmente de casa (ou confrarias de meninos).

Aprender os rudimentos da língua do colonizador era essencial para a conversão. Por isso, em carta de 10 de abril de 1549, ano em que chegou a leva pioneira de jesuítas, o padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), chefe da primeira missão jesuítica à América, escreveu ao Provincial de Portugal afirmando que a “escola de ler e escrever” era um “bom modo” de atrair os “índios desta terra” para a catequese, (NÓBREGA, 1955, p. 20). Em maio de 1556, endereçando suas palavras ao padre Miguel de Torres, reportou-se à chegada de meninos órfãos com os quais viera também uma procuração que o autorizava a criar casas. Depois, na carta ao Geral da Companhia de Jesus, padre Diego Laynes,

redigida em 12 de junho de 1561, Nóbrega voltou ao assunto sobre a origem das casas, mencionando a chegada de crianças órfãs portuguesas e a construção de habitações para meninos viverem em comum com os padres. Além disso, distinguiu colégios e “recolhimentos” (casas) para filhos dos “gentios”, além de acrescentar que havia pedido terras e escravos ao Governador:

No ano de 49 fui enviado, pelo Padre Mestre Simão, a estas partes com os meus cinco companheiros, o qual me deu entre outros avisos este, que se nestas partes houvesse disposição para haver Colégios da nossa Companhia, ou recolhimento [casa] para filhos dos gentios, que eu pedisse terras ao Governador [Tomé de Sousa], e escolhesse sítios, e que de tudo o avisasse. No primeiro ano não me pude resolver em nada (...). Logo no seguinte ano mandaram quatro Padres com alguns rapazes órfãos, e isto me fez crer a minha opinião, e que Nosso Senhor era servido de haver casa para rapazes dos gentios, e aqueles vinham para dar princípio a outros muitos de cá da terra, que se recolheriam com eles, e comecei a adquirir alguns com muito trabalho, por estarem naquele tempo muito indômitos, e pedi sítios para casas e terras ao Governador, e houve alguns escravos, e entreguei-os a um secular para com eles fazer mantimentos a esta gente. Logo no seguinte ano vieram mais órfãos com bulas para se ordenar confraria, o que logo se fez na Baía, e na Capitania do Espírito Santo, e nesta de São Vicente (NÓBREGA, 1955, p. 384-385).

As casas em que padres e meninos habitavam eram de ler e escrever. Rústicas e condizentes com as condições materiais em que viviam os primeiros colonizadores portugueses no Brasil, as cartas revelam “casinhas pobres” que faziam as vezes de igreja, como a do próprio Nóbrega, pois os padres “diziam missa” ali mesmo, tal como está registrado na carta de setembro de 1557, que mostra detalhadamente como elas estavam organizadas:

(...) as casas que agora temos são estas, (...). Fizemos nela as seguintes repartições, um estudo e um dormitório e um corredor, e uma sacristia que nos serve de igreja por (...) sempre dizermos missas em nossas casas. (...). Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma despensa que serve a nós e

aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão, e em uma delas dormem os moços, em outra se lê gramática, em outra se ensina a ler e escrever (NÓBREGA, 1955, p. 263-264).

Igreja, sacristia, sala de estudo (ensino de ler, escrever e gramática), dormitório, despensa, cozinha e refeitório: esse era o ambiente no qual as primeiras formas de educação escolarizada foram praticadas no Brasil. O relato evidencia que as casas (ou confraria de meninos) eram verdadeiras imbricações entre catequese e escolarização elementar dos “gentios”. Para tal finalidade, estavam organizadas de modo que a vida espiritual, que requer a existência de tempo livre para a sua plena manifestação, gozasse de condições produzidas por uma base material mínima que garantisse a existência temporal. A despensa e a cozinha, de modo geral, eram mantidas pelo trabalho escravo, tal como descreveu, em julho de 1552, o padre Nóbrega (1955, p. 121) sobre “os escravos que se tomaram, dos quais um morreu logo, como morreram outros muitos que vinham já doentes do mar. Também tomei doze vaquinhas para criação e para os meninos terem leite, que é grande mantimento”.

Tal como descritas, as casas lembram a cultura hebraica de se construir nos fundos da sinagoga uma sala de aula onde se ensinavam os rudimentos de ler e escrever para os meninos. Desse modo, os jesuítas recuperavam elementos da tradição hebraico-cristã que perdurou no período da chamada igreja primitiva, de realizar a conversão dos ditos “gentios” com base nos textos religiosos que no Brasil do século XVI foram os catecismos bilíngues (em português e na língua própria deles), segundo José de Anchieta (1534-1597), que também informa sobre a admissão de crianças de ambos os sexos e de todas as idades³. Quanto aos catecismos, o mais importante foi escrito pelo próprio Anchieta, que já havia elaborado uma gramática da língua tupi. Ele desenvolveu uma didática que utilizava o teatro como instrumento lúdico da aprendizagem,

mesmo que fundamentada na concepção mnemônica do ensino, isto é, baseada na memorização, e fez a seguinte descrição sobre o funcionamento das casas:

Estes, entre os quais vivemos [índios de Piratininga], entregam-nos de boa vontade os filhos para serem ensinados, os quais depois, sucedendo a seus pais, poderão constituir num povo agradável a Cristo. Na Escola, muito bem ensinados pelo Mestre António Rodrigues, encontram-se 15 já batizados e outros, em maior número, ainda catecúmenos. Os quais, depois de rezarem de manhã as ladainhas em coro na Igreja, a seguir a lição, e de cantarem à tarde a Salve Rainha, são mandados para suas casas; e todas as sextas-feiras fazem procissões com grande devoção, disciplinando-se até ao sangue (ANCHIETA, 1957, p. 106).

Em agosto de 1556, ele voltou a descrever o cotidiano das atividades desenvolvidas pelos meninos indígenas e mamelucos:

Expliquei suficientemente na carta anterior como se faz a doutrina dos meninos: quase todos vêm duas vezes por dia à escola, sobretudo de manhã; pois de tarde todos se dão à caça ou à pesca para procurarem o sustento; se não trabalham, não comem. Mas o principal cuidado que temos deles está em lhes declararmos os rudimentos da fé, sem descuidar o ensino das letras; (...) Dão conta das coisas da fé por um formulário de perguntas, e alguns mesmo sem ele. Muitos confessaram-se este ano, e fizeram-no em muitas outras ocasiões (...): recomendando-lhes eu que se preparassem para este sacramento, disse um: é tão grande a força da confissão que, a seguir a ela, nos parece que queremos voar para o céu com grande velocidade (ANCHIETA, 1957, p. 308).

A narrativa evidencia a conexão entre o ensino das primeiras letras e o processo catequético, por meio do qual as casas, juntamente com as igrejas, transformaram-se nas primeiras instituições que difundiram de forma efetiva os valores ocidentais no Brasil colonial. Para atingir tal objetivo, os jesuítas empregaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (preferencialmente português e tupi); método de ensino mnemônico; catecismo com os principais dogmas cristãos; desmoralização dos

³ José de Anchieta (1957, v. II, p. 106) escrevendo ao padre Inácio de Loyola, afirmava que em Piratininga “foram admitidos para o catecismo 130 e para o baptismo 36, de toda a idade e de ambos os sexos. Ensina-se-lhes todos os dias duas vezes a doutrina cristã, e aprendem as orações em português e na língua própria deles”.

mitos indígenas; e atividades lúdicas (música e teatro). Essa pedagogia nasceu do contexto no qual os padres atuavam, pois a força e as condições do meio foram mais fortes do que os preceitos e dogmas da própria doutrina que difundiam. Por isso, denominamos essa primeira pedagogia de *brasílica*, ou seja, não era a cópia das prescrições do Concílio de Trento, mas uma pedagogia mesclada, nascida de condições novas. Essas condições, minuciosamente descritas nas cartas dos jesuítas, eram entendidas como determinantes e justificavam, portanto, as suas constantes adaptações.

Foram essas casas de ler, escrever e contar, inicialmente destinadas às crianças indígenas e mamelucas com o objetivo de convertê-las ao cristianismo, que se transformaram, do decorrer do século XVI, nos colégios jesuíticos para os filhos dos colonos, ou seja, “os filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado e oficiais mecânicos” (LEITE, 1949, t. VII, p. 143). Na mesma proporção em que os índios do litoral atlântico eram exterminados ou convertidos e o modelo colonizador se consolidava, as primeiras casas de ler e escrever davam lugar aos colégios destinados às crianças brancas filhas dos colonos.

Do ponto de vista pedagógico, os colégios jesuíticos no Brasil tiveram uma especificidade em relação ao que prescrevia a IV Parte das “Constituições” e o “Ratio Studiorum: eles não se iniciavam exclusivamente a partir do curso de humanidades e comportavam também a escola de ler, escrever e contar. A esse respeito, na sua clássica obra sobre a pedagogia jesuítica, J. M. Madureira enfatizou que no Brasil a Companhia abria colégios conjugados com “escolas primárias”:

(...) em muitos lugares, mesmo na Europa e nas grandes cidades, ao curso secundário uniu a Companhia o curso primário nos seus colégios, sem aludir a todas as Missões em que os Jesuítas sempre ensinaram aos neófitos e ao povo, quase exclusivamente, as primeiras letras, na sua expressão mais simples – ler, escrever e contar (...). No Brasil, durante dois séculos, – quase exclusivamente da educação do povo a Companhia se encarregou; em todos os lugares onde residia, abria colégios, com escolas primárias, desalfabetizando e instruindo todos aqueles a quem ensinavam

o catecismo” (MADUREIRA, 1927, p. 391).

Transcorreu o século XVI e as casas de ler e escrever foram cedendo lugar aos colégios. Estes, porém, mantiveram sempre a unidade moral com a casa de 1549 criada por Nóbrega e na qual o primeiro mestre havia sido Vicente Rodrigues. Foi aquela casa a inspiração para as experiências educativas posteriores.

COM OS SEUS CANTARES, OS MENINOS PERDIDOS ATRAEM OS FILHOS DOS GENTIOS E EDIFICAM OS CRISTÃOS

De acordo com as cartas dos primeiros jesuítas, viajantes e cronistas do Brasil colonial, o teatro foi introduzido concomitantemente à ocupação territorial portuguesa. As encenações aconteciam nas aldeias e colégios. Nas aldeias, representavam-se autos, termo originado do latim “*actus*”, ou seja, representação que durava apenas um ato. Nos colégios, além de autos, havia comédias e tragédias em estilo mais escolástico. Apesar dessa distinção, o objetivo era sempre moral; e os cenários variavam entre a sala grande dos colégios, a praça pública e as aldeias; sendo estas últimas as preferidas dos jesuítas.

Realizado em ambiente português e cristão, o teatro foi um dos veículos propagadores da língua portuguesa mas também manifestavam-se nele as várias línguas faladas no Brasil. Português, tupi e castelhano eram as principais, predominando a primeira. O latim veio mais tarde. Empregado nos colégios para observar as regras do falar, não era bem aceito pela Companhia, por isso, em 1584, foi solicitado que “se adocasse a regra do latim e se fizessem as representações, ao menos em parte, na língua portuguesa” (LEITE, 1938, t. II, p. 601).

Na tarefa de conversão, o estudo da “língua da terra” desempenhava importância estratégica, mas apesar disso, era empreendido por poucos missionários, os quais, de acordo com uma carta do padre Manuel Viegas ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, preferiam “as letras, [...] e subir ao púlpito a pregar aos brancos” (VIEGAS, 1949, p. 384). No século XVII, na “Exortação primeira em véspera do Espírito do Santo”, pronunciada aos noviços e estudantes da Companhia de Jesus na capela do Colégio da Bahia, o padre Antonio Vieira mostrou-se preocupado com a regra instituída por Inácio de Loyola (1491-1556),

fundador da Companhia, segundo a qual todos que atuassem na catequese, sem exceção, deveriam aprender a língua “dos naturais da terra”. Assim pronunciou ele:

E para ajudar essas almas, que meios ou que instrumentos nos deu e nos ensinou a providencia do mesmo Santo [Inácio] e sapientíssimo Patriarca? A sua Regra o diz. Para maior ajuda dos naturais da terra em que residem, todos aprendam a língua dela. Reparemos bem naquelas duas clausulas universais: todos e em qualquer parte, ou partes do mundo. (...) Pudera dizer que aprendessem a língua alguns, ou a maior parte, mas não diz senão, todos os estudantes e os professos, os irmãos e os padres, os discípulos e os mestres, os moços e os velhos, súditos e os superiores, sem que haja ofício ou ocupação alguma tão importante, que os excetue d’esta, porque ela é a maior, a mais importante, e a de que depende o fim de toda a Companhia” (VIEIRA, 1945, p. 385-386).

Apesar dessa exortação, mesmo quando aprendiam o tupi, os padres ensinavam o português, que aos poucos ia predominando. Assim, de acordo com Darcy Ribeiro (1995, p. 121), a indianidade do primeiro século era mais aparente do que real, porque todo o modo de vida indígena, a sua cultura, o próprio uso da sua língua, “estavam postos, agora, a serviço de uma entidade nova, muito mais capaz de crescer e expandir-se”. Outros estudos antropológicos, porém, assinalam que a diversidade linguística só existiu enquanto aqui permaneceram os padres jesuítas pois “a fim de garantir a hegemonia do idioma lusitano, o governo português, após a expulsão dos jesuítas, proibira o uso da língua geral e impunha o da portuguesa” (SCHADEN, 1954, p. 394).

Para “crescer e expandir-se”, os valores ocidentais eram transmitidos de forma a serem aceitos e, para tal, os jesuítas recorreram a práticas mais compatíveis com a cultura daqueles que eram o seu objeto de conversão. Observando os seus costumes, logo perceberam o forte traço lúdico da sua cultura e começaram a adotar práticas centradas na música, na dança, na “teatralidade” da vida tribal repleta de rituais, movimentos, cores e sons para que, por meio delas, o cristianismo fosse assimilado com o recurso dos próprios valores dos indígenas. Em

“Casa grande & senzala”, percorrendo sobre a vida cotidiana das crianças índias, Gilberto Freyre afirma que a música, dança, jogos e brincadeiras eram utilizados pelos jesuítas, que os depuravam do seu real significado, transmutando a sua simbologia para um sentido cristão, como podemos ler:

Os jesuítas conservaram danças indígenas de meninos, fazendo entrar nelas uma figura cômica de diabo, evidentemente com o fim de desprestigiar pelo ridículo o complexo Jurupari [de quem as crianças tinham medo]. Desprestigiados o Jurupari, as máscaras e os maracás sagrados, estava destruído entre os índios um dos seus meios mais fortes de controle social: e vitorioso, até certo modo, o Cristianismo (FREYRE, 1995, p. 129)

Nessa mesma época, as festas populares na Europa católica não eram bem vistas. Estudo de Peter Burke mostra que no século XVI as pessoas cultas, principalmente o clero, os reformadores em geral, tanto católicos quanto protestantes, empenhavam-se em modificar atitudes e valores da população. Objetavam contra certas formas de religião popular, como sermões e, acima de tudo, contra festas religiosas como os dias de santos e peregrinações. Viam na cultura popular reminiscências do paganismo, manifestações pré-cristãs e “empenhavam-se em destruir a tradicional familiaridade com o sagrado, pois acreditavam que a familiaridade alimenta a irreverência” (BURKE, 1989, p. 235). Foi nesse ambiente de controle e vigilância que as peças religiosas foram proibidas em 1539 pelo bispo de Évora. Desse modo, os jesuítas eram cientes de que dificilmente obteriam permissão para realizar festas populares religiosas no Brasil. Temendo por uma resposta negativa, preferiam não pedi-la e, tal como sucedia com a obrigatoriedade do latim, eles simplesmente não a cumpriam. Como escreveu Serafim Leite (1938, t. II, p. 599) sobre a resistência passiva dos jesuítas ao latim, “a influência do meio era superior a todas as determinações legais”.

No que diz respeito às peças teatrais do período quinhentista, são importantes o seu conteúdo e a sua forma de expressão, ou seja, o idioma no qual foram escritas e encenadas, uma vez que ambos os aspectos atuaram no processo de difusão da cultura ocidental-cristã.

O teatro jesuítico desse período é basicamente composto pelas peças do padre Anchieta, que, segundo Alfredo Bosi (1992, p. 93), foi “o nosso primeiro intelectual militante”. Com o recurso do bilinguismo e às vezes do castelhano, seus autos constituem um pequeno bloco de medievalismo, único pelos temas, caracteres, pensamentos e emprego do tupi. “Sua obra permanece isolada na dramaturgia brasileira sem antecedentes nem consequentes imediatos” (PONTES, 1978, p. 86). Segundo ele, era um elemento auxiliar na catequização, ação encantatória e didática ao mesmo tempo, efetivada sobre um público novo, ignorante de teologia. De fato, a função de veículo de cultura exercida pelo teatro foi assim descrita pelo padre Manoel da Nóbrega: “Com música e harmonia eu me atrevo a trazer a mim todos os indígenas da América” (NÓBREGA *Apud* LEITE 1956, p. 384).

Entre 1564 e 1598, Anchieta escreveu aproximadamente vinte peças. Escrevendo para os nativos ou para os colonos que já entendiam a língua geral da costa, ele adotava quase sempre o idioma tupi. O projeto de transpor para a fala do indígena a mensagem católica demandava um esforço de penetrar no imaginário do outro e este foi o seu empenho. Por exemplo, como dizer aos tupis a palavra pecado se eles sequer tinham noção dele? Anchieta foi então adaptando as suas figuras mitológicas às representações cristãs, criando um imaginário estranho e sincrético. Por isso, de acordo com Alfredo Bosi, “a nova representação do sagrado assim reproduzida já não era nem a teologia cristã nem a crença tupi, mas uma terceira esfera simbólica, uma espécie de mitologia paralela que só a situação colonial tornara possível” (BOSI, 1992, p. 65).

Mais preocupado com a catequização e menos com o estilo literário, Anchieta “não escrevia pensando na eternidade de sua arte, mas na Eternidade a ser conquistada pelo índio através da conversão” (PONTES, 1978, p. 53). Segundo Décio de Almeida Prado, ele era um autor “impregnado pela vertente pessimista do cristianismo” (PRADO, 1993, p. 22). Tal espírito manifestava-se no propósito de ministrar a noção de pecado, o valor da confissão, entre outros preceitos, tudo isso presente no esquematismo recorrente de seus textos, pois duas eram as finalidades em mira: substituir uma religião (ou mitologia) por outra e um código moral por outro.

Outra estratégia dos jesuítas foi a educação das crianças. Como assinalamos na Introdução, o

sentimento de infância e a prática de separar as crianças do mundo dos adultos foram típicas da época moderna durante a qual o colégio passou a ser o lugar em que elas ficariam protegidas. A pedagogia dos jesuítas na colônia, portanto, estava em consonância com tal tendência. Além disso, são recorrentes nas cartas analisadas os relatos sobre as frustrações em converter índios adultos, o que levou os jesuítas a perceberem a vantagem de, primeiro, conquistar a alma da criança para que, então, ela própria se constituísse em obstáculo aos “maus costumes” dos pais. Para atraí-las, contaram, inicialmente, com outras crianças: sete órfãos chegados de Lisboa, em 1550. Esses “meninos perdidos”, no dizer de Nóbrega, aqui seriam bilíngues, e a sua própria presença constituir-se-ia em fator de aproximação com o ambiente cultural que os jesuítas desejavam transformar. Como escreveu o mesmo padre, esses órfãos, “com seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos”. (LEITE, 1938, t. I, p. 36). Essas crianças, em procissão, faziam entradas pelo sertão, a pé, até distâncias consideráveis, e os próprios índios abriam-lhes caminho. Segundo Serafim Leite, “elas aproveitavam a oportunidade para ensinar os elementos da religião (...) na língua dos índios, de maneira que os filhos na sua língua ensinam os pais.” (LEITE, 1938, t. I, p. 38). De fato, o Colégio da Bahia, além da instrução, “tornou-se o centro mais eficaz da catequese e civilização das crianças no Brasil atingindo, quando possível, pelo coração das crianças, a alma dos pais.” ((LEITE, 1938, t. I, p. 36). Tratando desse assunto, Chambouleyron (1999, p. 60) afirma que “o regozijo era generalizado quando os meninos passavam a abominar os costumes de seus pais”. Ainda segundo esse autor, tal prática pode ter funcionado para alguns grupos indígenas como uma possibilidade de estabelecer alianças entre eles e os padres, revelando outra dimensão da evangelização das crianças como “grande meio” para a conversão.

Florestan Fernandes, por sua vez, afirma que os jesuítas “concentraram seus esforços na destruição da influência conservantista dos pajés, dos velhos ou de instituições tribais nucleares”, instilando “no ânimo das crianças, principalmente, dúvidas a respeito da integridade das opiniões dos pais ou dos mais velhos e da legitimidade das tradições tribais” (FERNANDES, 1960, p. 84).

Constatado que os adultos eram arredios à conversão, particularmente no primeiro século da

colonização, os alunos dos colégios mantidos pela Companhia de Jesus eram recrutados entre as crianças mamelucas e indígenas, como registrou Serafim Leite (1938, t. I, p. 80): “Nóbrega tinha também os olhos postos nos meninos índios e deles esperava tirar bons discípulos”.

OS MENINOS VÊM DUAS VEZES POR DIA À ESCOLA, DE TARDE TODOS VÃO À CAÇA OU À PESCA PARA PROCURAREM SUSTENTO

O trabalho fez parte intrínseca da pedagogia dos jesuítas no Brasil, como revelam as cartas dos primeiros séculos. Em uma delas já citada aqui (1556), Anchieta descreve a rotina praticada por quase todos os meninos, que iam duas vezes por dia à escola e à tarde, para seu sustento, se dedicavam à caça ou à pesca, pois “se não trabalham, não comem”. Ele voltou a mencionar isso em várias outras cartas enfatizando que a ociosidade não tinha lugar algum em casa.

Em vez da clausura visando a purificação e contemplação espiritual, os jesuítas eram formados para interferir diretamente no mundo temporal. A vida no século, contudo, impunha condições de existência diferentes daquelas desfrutadas nos mosteiros medievais regulados pelos calendários litúrgicos. Pois, para estar no mundo e pôr em prática o processo evangelizador era preciso organizar uma base material de existência.

Segundo Serafim Leite (1953, p. 111 *et seq.*), na obra “Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)”, 366 jesuítas desempenharam atividades relativas às artes mecânicas no Brasil colonial. Talvez o caso mais conhecido seja o de Anchieta, que, além de suas habilidades intelectuais, fabricava alpargatas. Essas artes foram assim classificadas por Serafim Leite:

Os ofícios mecânicos entraram no Brasil com os portugueses, (...). Com os jesuítas e os homens da administração civil e militar, assinala-se a presença dum médico (físico-cirurgião), dum arquiteto e dum mestre de obras, e contam-se numerosos pedreiros, carpinteiros, serradores, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, caldeireiros, cavouqueiros, carvoeiros, caeiros (fabricantes de cal), oleiros, carreiros (fabricantes de carros), pescadores, construtores de bergantins, canoeiros, e até um barbeiro e um encadernador (LEITE, 1953, p. 27).

Após listar os primeiros ofícios praticados no Brasil colonial, ele passa a relatar como a própria lógica de expansão das propriedades jesuíticas – fazendas, igrejas, colégios e residências – condicionava a crescente demanda pelas artes mecânicas:

Como se sabe os padres da Companhia de Jesus, da Assistência de Portugal, tiveram colégios, residências e fazendas desde o Amazonas ao Rio da Prata e da costa atlântica ao Mato Grosso. Muitas das casas e igrejas não existem hoje. (...) Mas das que não existem, ter-se-á perdido tudo? Deve-se ter presente que ao construir-se uma igreja, nunca se destrói o recheio da anterior, naquilo que tem de útil, sobretudo o que é prata e ouro e arte móvel, nos sectores de pintura, estatuária, mercearia fina: quadros, imagens, credenciais sacras, tocheiros retábulos, e às vezes altares interiores (LEITE, 1953, p. 32)

Das propriedades jesuíticas, eram as fazendas as que mais requisitavam artes mecânicas. Para manter em plena atividade a produção econômica derivada da agropecuária (açúcar, couro e carne de gado), cuja comercialização era a principal fonte de sustento das atividades educacionais jesuíticas, as fazendas da Companhia precisavam manter oficinas que fabricavam as mercadorias necessárias ao seu consumo. Enquanto a atividade econômica da agropecuária era mantida à base da mão-de-obra escrava, as manufaturas eram produzidas mediante processos artesanais semelhantes àqueles utilizados nas corporações de artes e ofícios medievais. Na Europa tratava-se de um processo produtivo que exigia a aplicação de determinados conhecimentos científicos e uma incipiente especialização do trabalho, cuja formação se aproximava da escola, embora continuasse a se “distinguir da escola pelo fato de não se realizar em um ‘lugar destinado a adolescentes’, mas no trabalho, pela convivência de adultos e adolescentes”, ou seja, não era propriamente uma “escola do trabalho porque o próprio trabalho era a escola, pois somente se acrescentava ao mesmo os aspectos intelectuais”. (Manacorda, 1989, p. 161-162)

Como se originou essa espécie de “escola do trabalho” no contexto da educação jesuítica colonial? As primeiras referências estão

associadas às próprias demandas surgidas durante a construção das casas e dos colégios. Em carta de 1549, o padre Manoel da Nóbrega (1956, p. 119) assim se referia à ausência de carpinteiros para a construção de edificações: “a terra não oferece facilidade para contratar oficiais mecânicos”. Sendo assim, as próprias condições de existência impuseram aos jesuítas a necessidade de serem criadas oficinas de artes mecânicas desde os primeiros momentos de sua atuação nas terras brasileiras. O padre Antônio Pires, por exemplo, em carta de 1551, relatava aos irmãos de Coimbra a dificuldade para encontrar trabalhadores que produzissem as manufaturas e, por isso, os próprios padres eram obrigados “a aprender todos os ofícios” (Pires, 1956, p. 264).

Desde o início da catequese, portanto, os jesuítas tiveram de aprender as artes mecânicas essenciais à construção de edifícios nas fazendas de gado e cana-de-açúcar: igreja, colégio, residência dos padres e as próprias oficinas de artes mecânicas, além do complexo produtivo formado por estábulos, engenhos de açúcar e moradias dos escravos. Na mesma proporção em que cresciam numericamente as fazendas pertencentes à Companhia de Jesus⁴, multiplicava a demanda por “oficiais mecânicos” devido às atividades econômicas cotidianas praticadas nas suas propriedades agrárias. Inseridas, social e economicamente, em um contexto marcado pelas relações escravistas de produção e pela escassez de “oficiais” livres, a alternativa encontrada pelos jesuítas para atender a necessidade de mão-de-obra que produzisse manufaturas, foi criar as oficinas de artes mecânicas anexas aos colégios. Ou como afirmou Serafim Leite (1938, t. II, p. 591-592):

Com o desenvolvimento e correspondentes necessidades dos colégios, começaram a aparecer, nas oficinas anexas, os encarregados dos engenhos, os praticantes de cirurgia, os artífices especializados em ourivesaria e até em estatuária, ainda que geralmente as esculturas finas viessem de afamados estatuários de Lisboa. Mencionamos ainda o ofício de enfermeiro,

⁴ Serafim Leite (1950, t. X, p. 88-93), em “História da Companhia de Jesus no Brasil”, afirma que a Ordem inaciana possuía em 1759, quando da sua expulsão dos domínios imperiais portugueses, 359 fazendas espalhadas pelo imenso território colonial brasileiro.

que às vezes era na realidade farmacêutica e tomou vulto no decorrer do tempo.

O processo de ensino e aprendizagem nessas oficinas transcorria como nas corporações de ofício medievais, ou seja, envolvendo diretamente os padres jesuítas e os escolásticos dos colégios. A aprendizagem decorria da observação e imitação. Desse modo, pela força das circunstâncias, os missionários tiveram de se tornar também mestres de ofícios e montar oficinas que acabaram por vincular-se organicamente às fazendas, conforme descreveu Celso Suckow da Fonseca (1961, v. I, p. 15-16):

Com o correr do tempo, os padres organizaram as suas plantações, dando-lhes notável desenvolvimento, chegando mesmo a serem elas as maiores e mais produtivas do Brasil. Aquelas instâncias tornaram-se verdadeiras escolas de indústria, onde os colonos, que eram índios, aprenderam os melhores métodos de cultivar a terra, de construir casas, estradas e obras de arte, assim como a beneficiar o couro, ou fabricar o açúcar, que era abundante. E como havia poucos artífices, os missionários foram também mestres de ofícios, formando numerosos discípulos nas artes de tecelagem, de carpintaria, de ferraria ou da sapataria.

A simbiose entre fazendas e oficinas de artes e ofícios anexas aos colégios ficou registrada nas cartas jesuíticas desde a segunda metade do século XVI, como a de Nóbrega, em junho de 1553, ao padre Luís Gonçalves da Câmara, relatando sobre as medidas para enfrentar as dificuldades relativas à carência de “oficiais mecânicos” e informando que havia mandado ensinar alguns moços da terra para serem ferreiros e tecelões.

As oficinas tenderam a crescer com a consolidação da própria lógica econômica colonial que possibilitou o alargamento das propriedades agrárias pertencentes à Companhia de Jesus. A esse respeito, o padre Serafim Leite, na obra já citada, elaborou um extenso rol de ofícios mecânicos praticados no interior dos colégios da Companhia durante o período colonial e, com base nele, elaboramos a seguinte classificação:

AS ARTES E OFÍCIOS PRATICADAS NAS OFICINAS DOS JESUÍTAS NO BRASIL COLONIAL

Artes e ofícios de construção	
Arquitetos e Mestres de Obras	Carpinteiros, entalhadores, embutidores, marceneiros, tanoeiros, torneiros e serradores
Pedreiros, canteiros e marmoreiros	Construtores navais
Ferreiros, serralheiros e fundidores	
Belas-artes	
Escultores e estatuários	Cantores, músicos e regentes de coro
Pintores e douradores	Oleiros e barristas (azulejos)
Manufaturas	
Alfaiates e bordadores	Sapateiros (sapateiros e alpercatas, artifices de sola e curtidores de peles)
Tecerões	
Ofícios de administração	
Administradores de engenhos e fazendas, pastores, agricultores e procuradores	Salinas
Pescarias	
Serviços de saúde	
Enfermeiros e cirurgiões	Boticários ou farmacêuticos
Outros ofícios	
Mestres de meninos e Diretores de Congregação Marianas	Barbeiros e cabeleireiros
Bibliotecários, encadernadores, tipógrafos e impressores	Ofícios domésticos (despenseiro, porteiro, cozinheiro, roupeiro, etc.)
Pilotos	Artes e ofícios singulares (calígrafo, ourives de prata, cartógrafo, fabricante de cal, químico, papeleiro, etc.)

Fonte: Leite, 1953, p. 39 et seq. (Elaboração dos autores)

Essa ampla diversificação de ofícios foi ensinada e praticada nos colégios durante a longa hegemonia educacional (1549-1759) que a Companhia de Jesus exerceu no Brasil colonial. A variedade permite compreender também que, conforme o sistema de ensino jesuítico se tornava mais sólido e complexo, exigia mão-de-obra mais qualificada. Assim, começam a aparecer ofícios mais intelectualizados, como o de bibliotecário, encadernador, tipógrafo e impressor. Essa

diversidade de artes mecânicas contrasta em quantidade com a que foi descrita por José de Anchieta em carta de 1560 sobre ofícios bem mais modestos e essenciais, como “vestidos, sapatos e principalmente alpargates (...) mui necessários por la aspereza de las selvas”; além de ter afirmado que “barbear, curar feridas, sangrar, fazer casas e coisas de barro” eram trabalhos feitos por eles próprios, de modo que a ociosidade “no tiene lugar alguno en casa” (ANCHIETA, 1958, t. III, p. 256).

A partir de 1614, a Companhia de Jesus passou a organizar os oficiais que trabalhavam nas suas fazendas, residências, colégios e igrejas na Confraria de Oficiais Mecânicos, que abrangia todos os ofícios praticados no Brasil colonial e era “constituída por artífices e homens da classe mercantil, o que a esse tempo se chamava ‘plebeus’” (LEITE, 1953, p. 28-30). No mesmo ano, o padre Henrique Gomes registrava que a Confraria dos Oficiais Mecânicos, que há pouco “se instituiu em este colégio [Bahia] e no de Pernambuco, em ambos teve bons princípios e vai com igual aumento”, ainda que “o diabo” a desautorizasse como obra “de gente pouco considerada” e com “títulos de confraria de vilões ruins”, a “de Pernambuco, me escreveram agora, ir mui florente e passaram os confrades já de cento; aqui, são mais de 80” (LEITE, 1945, t. V, p. 10-11).

Além dos chamados “oficiais mecânicos plebeus”, outros ofícios foram praticados ou ensinados pelos padres jesuítas coloniais. Apresentamos a seguir os mais significativos. João Filipe Bettendorff (1625-1698), reitor do Colégio de São Luís do Maranhão e autor da obra “Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão”, era arquiteto e construtor de igrejas; Alexandre de Gusmão (1629-1724), Provincial do Brasil (1684-1688) e autor da “Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”, praticou a carpintaria; Juan de Azpilcueta Navarro (...-1650), autor dos primeiros catecismos bilíngues (português e tupi), cantava e regia coros compostos por curumins; Belchior Paulo (1554-1619), foi professor de ler e escrever no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra e adornou com pinturas casas, colégios e igrejas da Companhia no Brasil (Baía/1589, Espírito Santo/1598, Rio de Janeiro/1600, Santos/1606, São Paulo de Piratininga/1616); José de Anchieta (1534-1597) exerceu os ofícios de sapateiro, enfermeiro e fabricante de alpercatas; Salvador

Pereira (1626-1700) foi missionário-fazendeiro, administrador de engenhos de açúcar e fazendas de gado; Francisco da Silva (1695-1763) foi boticário-farmacêutico e escreveu tratados da Farmacopéia Brasileira no Colégio de Olinda; Francisco de Pontes (1614-1675), era alfaiate de ofício e conhecido como o “alfaiate-santo”, devido às profecias que fazia; e Pedro Pereira (1651-1726), exerceu a superintendência da cozinha do Colégio do Rio de Janeiro (LEITE, 1953, p. 39 et seq.).

CONCLUSÃO

Com uma pedagogia mesclada pelos preceitos da Companhia de Jesus e também pela improvisação, o Brasil colonial contou com escolas de ler e escrever desde 1549 quando chegaram os primeiros jesuítas. Para atingir seus objetivos de conversão à fé católica, eles se valeram de práticas inovadoras como a música e o teatro, transgredindo as normas que proibiam festas populares para fins religiosos e ignoraram a obrigatoriedade do uso do latim nos colégios. Da necessidade imposta pelas circunstâncias históricas nasceu uma pedagogia diferente da prescrita pelo “Ratio Studiorum” e pelas “Constituições”, documentos estes que normatizavam a educação jesuítica em todo o mundo, pois os padres tiveram de se adaptar ao contexto e, para o trabalho de conversão e educação, ignoraram dogmas e prescrições normativas. A força do meio impôs adaptações e transgressões. Ou seja: planos, regras e determinações pensadas de fora não se concretizaram de acordo com a previsão dos seus formuladores, pois a vida na colônia era mais complexa do que textos de bulas e alvarás. Essa foi a dialética da colonização e da educação no período que analisamos.

Quanto ao ensino de ofícios, os casos aqui narrados fornecem uma compreensão da imbricação entre artes liberais e artes mecânicas na vida cotidiana dos colégios jesuíticos coloniais, estas últimas complementares àquelas. Ou seja, os padres eram, ao mesmo tempo, professores de artes liberais (humanidades latinas, retórica, filosofia e teologia) e operários de artes mecânicas. Assim sendo, as fazendas-colégios eram *locus* autossuficientes quer na irradiação dos valores da civilização ocidental cristã, quer na produção da base material de existência. Essa base material era garantida por um trabalho mais

especializado operado pelos jesuítas, que se valiam, em larga escala, do trabalho escravo na fabricação de manufaturas artesanais e demais produções necessárias ao funcionamento dos colégios e fazendas. Ou seja: diferentemente do que ocorria nas corporações de ofício da Europa Ocidental na mesma época, aqui, em decorrência do modo de produção escravista, em vez de aprendizes e jornaleiros, a maior parte da mão-de-obra nas oficinas de artes mecânicas era escrava. O fato de não ter sido necessária a formação de uma mão-de-obra assalariada no Brasil colonial explica a razão de a instrução dessas artes ter sido complementar à de humanidades, não merecendo, portanto, a mesma importância desta. Assim, os colégios, no contexto da escravidão, precisaram construir oficinas anexas para produzir manufaturas necessárias ao seu próprio consumo. Nessas oficinas, os padres instruíam alunos por meio do método semelhante ao das corporações de ofício medievais.

As fontes consultadas neste estudo permitiram-nos descobrir na ação pedagógica da Companhia de Jesus práticas semelhantes ao que hoje chamaríamos de ensino profissional, ou seja, um rol de atividades necessárias ao funcionamento dos seus colégios e fazendas: as artes e ofícios ensinados pelos padres. Como mostramos, elas foram complementares e secundárias comparativamente ao ideal formativo professado pelos jesuítas e, desse modo, reproduziram o histórico preconceito que marcou a educação ocidental desde a Antiguidade clássica greco-romana, civilização na qual o ideal de formação humana, conforme a tradição homérica, ficou caracterizado por dois momentos distintos: na juventude, a arte do fazer; na velhice, a arte do falar.

A escola cristã no Ocidente medieval herdou a repulsa às atividades manuais tão logo começaram a se formar as primeiras ordens religiosas para atuar nos cenóbios. Ao tratar da *Regula Benedicti* que, em 540, reelaborou regras do monasticismo ocidental, Manacorda relata que, mesmo diante das necessidades objetivas de sobrevivência nos mosteiros, os monges ficavam tristes quando eram solicitados a trabalhar manualmente, sendo então preciso confortá-los com uma razão moral.

Considerando tal tradição, acreditamos que este estudo contribui para a pesquisa da história da educação desvelando aspectos do ensino manual ministrado pelos padres da Companhia de Jesus,

uma vez que, no contexto da colonização portuguesa baseada na escravidão, ficou reforçado o valor da educação intelectual e menosprezado o ensino manual, já que este era associado a atividade de escravos. Celso Suckow da Fonseca, em “História do ensino industrial no Brasil”, chega a dizer que, nas fazendas, quando a aprendizagem caseira dos ofícios passou a ser ministrada aos escravos, o ensino dos ofícios se abastardou.

A Companhia de Jesus foi criada em 1540 e a sua fundação ficou vinculada ao fato histórico de que foi o século XVI a matriz das duas principais concepções pedagógicas que marcariam a educação europeia dos séculos seguintes. A primeira delas foi a concepção reformadora enraizada nas prédicas luteranas sobre a obrigatoriedade escolar (alfabetização e escola primária) e a conexão entre ensino intelectual e instrução profissional. Quanto à segunda, emanada da Igreja Católica e professada pela Companhia de Jesus, manteve os traços essenciais da concepção humanística tradicional, com ênfase no ensino de textos clássicos permitidos pela Santa Sé e foi desse método que se convencionou classificar o ensino jesuítico no Brasil como *livresco*.

Apesar dessa característica dominante, as fontes primárias que consultamos indicam que os colégios jesuíticos não foram apenas fortificações da cultura ocidental cristã no interior da colônia lusitana situada nos trópicos americanos. Eles foram também locais de aprendizagem de artes mecânicas que instruíam, com frequência, os oficiais destinados a operar o funcionamento dos engenhos de açúcar, planejar a arquitetura e construir igrejas e colégios. Consequentemente, evidenciamos que o ensino jesuítico não foi exclusivamente *livresco* tal como ficou consagrado pela literatura educacional brasileira, cujo entendimento mais comum é o de que ele baseou-se apenas em livros e não na experiência. Esperamos ter mostrado que não foi exatamente assim e que a hegemonia educacional exercida pela Companhia de Jesus variou de acordo com as circunstâncias históricas que permearam a lógica colonial, adquirindo aspectos de improvisação e adaptação ao meio.

De todo modo, os dados aqui presentes ratificam o predomínio das humanidades no conjunto das ações pedagógicas da Companhia de Jesus no Brasil, pois, ao revelarmos aspectos do ensino de artes e ofícios nesse sistema, mostramos

também que eles exerceram papel complementar e secundário àquelas. Por isso, embora seja corrente o entendimento segundo o qual a educação nos colégios jesuíticos tenha se pautado exclusivamente pelas artes liberais, nossa pesquisa demonstrou que não se deve dissociar delas o estudo das artes mecânicas.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, José de. Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Paulo de Piratininga, 1 de setembro de 1554). In: LEITE, Serafim, S.J. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 101-118.
- ANCHIETA, José de. Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Paulo de Piratininga, agosto de 1556). In: LEITE, Serafim, S.J. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 307-310.
- ANCHIETA, José de. Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes (São Vicente, 1 de junho de 1560). In: Leite, Serafim (Org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1558-1563)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958, t. III, p. 246-269.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, S.J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952. p. 119-230.
- CORREIA, Ir. Pero. **Carta do Ir. Pero Correia a um Padre de Portugal sobre os “males do Brasil” e remédios que se propõem**
- FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. v. 1, t. 1, p. 72-86.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- FURTADO, Celso. Que somos? **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, n.º 2, p. 12-19, 1984.

LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. I, p. 610.

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. II, p. 658.

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. t. VII, p. 490.

LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956. v. I, p. 577.

MADUREIRA J. M. **A liberdade dos índios. A Companhia de Jesus sua pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. 675 p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução: Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, 10 de abril de 1549). In: LEITE, Serafim. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introdução e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra 1955. p. 17-25.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, fins de julho de 1552). In: LEITE, Serafim. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introdução e Notas Históricas e Críticas: Serafim Leite S.I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 128-137.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Miguel de Torres, Lisboa (São Vicente, setembro de 1557). In: LEITE, Serafim. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introdução e Notas Históricas e Críticas: Serafim Leite S.I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 260-276.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Diego Laynes, Roma (São Vicente, 12 de junho de 1561 1556). In: LEITE, Serafim. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introdução e Notas Históricas e Críticas: Serafim Leite S.I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 381-394.

PONTES, Joel. **Teatro de Anchieta**. Rio de Janeiro: MEC: FUNARTE/Serviço Nacional de Teatro, 1978.

PRADO, Décio de Almeida. **Teatro de Anchieta e Alencar**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, São Paulo, v. VIII, n. 18, p. 385-403, abr.-jun., 1954.

VIEGAS, Padre Manuel. Carta do P. Manuel Viegas ao P. Geral Aquaviva sobre a visita do P. Cristóvão de Gouveia, a língua Tupi e os índios Maromemins In: LEITE, Serafim S.J. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1949. t. IX, p. 384-385.

VIEIRA, Padre Antonio. Exortação primeira em vespera do Espírito Santo. In: _____. **Sermões**. Pôrto: Livraria Lello & Irmãos – Editores, 1945. v. V, p. 381-399.

VILLALTA, Luis. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.